

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O eclodir do conflito na Ucrânia, após a invasão desta por parte da Federação Russa a 24 de fevereiro deste ano, veio colocar inúmeros desafios à comunidade internacional, em geral, e à União Europeia, em particular.

A crise energética que se seguiu, potenciada pela crise dos cereais, culminando no aumento universalizado da inflação, não são, contudo, as únicas consequências de tão inaceitável ocupação.

O enorme fluxo de refugiados, inicialmente provenientes da Ucrânia e posteriormente também da Rússia, bem como o transporte de armamento pesado, para ambos os beligerantes, fazem aumentar o perigo do tráfico de pessoas e de armas, bem como recrudescer a ameaça do terrorismo. Acresce a este último, dada a complexidade e sofisticação do tempo contemporâneo, o terrorismo cibernético, bem como a sabotagem a estruturas energéticas ou de transporte, além de todas aquelas situações que jazem sem esclarecimento oficial, levam a(s) sociedade(s) dos Estados-membros, e por consequências os respectivos governos, a dedicar uma especial atenção a estas ameaças. Os portugueses têm assistido com frequência a notícias acerca de ataques a sites e páginas de redes sociais de entidades públicas, institucionais, bem como à inatividade temporária das próprias redes. Situações como os rebentamentos dos gasodutos NordStream 1 e 2, a exemplo do corte de cabos de comunicações que paralisou o tráfego ferroviário alemão em outubro passado, leva-nos a concluir que as chamadas “ameaças híbridas”, por terem um potencial tanto nacional como europeu, estão para ficar e são de alcance e periculosidade imprevisíveis.

Para fazer face a esses riscos a Rede de Agências de Justiça e dos Assuntos Internos da UE emitiu uma declaração conjunta estabelecendo o compromisso de assistência de nove agências europeias em concordância com as medidas definidas pelo Conselho de Justiça e dos Assuntos Internos da UE nas reuniões de 27 de fevereiro e de 3 e 4 de março deste ano. Nesses encontros tomaram-se medidas do ponto de vista do apoio humanitário, acolhimento de refugiados, gestão das fronteiras externas, bem como uma agenda de cooperação com a

Ucrânia que culminou na reunião de 14 de Outubro do referido Conselho onde ficou estabelecido reforçar os esforços conjuntos da UE e a coordenação operacional de forma a melhor enfrentar as ameaças crescentes de crime organizado e de terrorismo a curto e longo prazo, convergindo-se quanto à ideia de promover um diálogo estruturado sobre segurança com as autoridades ucranianas.

Dada a novidade e tipicidade dos fenómenos que enfrentamos, da sua complexidade e do seu já referido carácter híbrido, é fundamental que o Governo encare com a objectividade e firmeza que o momento exige, prevenindo e actuando interdisciplinarmente, salvaguardando a segurança e soberania nacionais em matérias que dependem da componente tecnológica, energética e de transportes, bem como actuando ao nível da prevenção do tráfico de seres humanos e das redes ilegais de imigração.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados do PSD abaixo assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Administração Interna, por intermédio de V^a Ex^a, resposta às seguintes questões:

1 – Que medidas é que o Governo tenciona implementar quanto ao aprofundamento da cooperação com os restantes Estados-membros em matéria de segurança interna da União Europeia, e na proteção das suas fronteiras externas?

2 – Que medidas ativas equaciona o Governo tomar no âmbito do combate à pirataria ou terrorismo informático, que pode colocar em causa a boa execução de algumas das funções do Estado?

3 – No âmbito do novo Plano Nacional de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, que ainda não foi aprovado, considera o Governo reforçar as medidas para prevenir o tráfico de seres humanos em situação de fragilidade e combater as máfias de imigração ilegal?

4 – Qual o estado da execução do Decreto-Lei n.º 20/2022, de 28 de janeiro, que *“Aprova os procedimentos para identificação, designação, proteção e aumento da resiliência das infraestruturas críticas nacionais e europeias”*?

Quando conta o Governo ter concluída a elaboração dos planos de segurança das infraestruturas críticas que estão previstos neste Diploma? Como se irá processar a execução destes planos?

5 – Considera o Governo essencial o aprofundamento da relação de cooperação com os congêneres de investigação, de polícia e de defesa dos restantes Estados-membros, bem como com as instituições comunitárias que superintendem estas áreas?

6 – É intenção do Governo tomar especial atenção para a fragilidade das Regiões Autónomas face a estas ameaças, dada a sua exposição marítima em zona de transumância naval, associada à mitigada presença militar e policial, ao seu isolamento energético e ligação ao mundo através de dois cabos submarinos?

Palácio de São Bento, 25 de novembro de 2022

Deputado(a)s

SÉRGIO MARQUES(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

FRANCISCO PIMENTEL(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)

RICARDO SOUSA(PSD)

TIAGO MOREIRA DE SÁ(PSD)